



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-ICSA

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA- PRESENCIAL**

HÉLDER HORÁCIO COSSA

**AValiação dos serviços de educação pública
no ensino básico em Moçambique.**

REDENÇÃO.

2019.

HÉLDER HORÁCIO COSSA

**AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
PÚBLICA NO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em administração pública UNILAB, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em administração pública.

**Orientadora: Prof. Dra. Andrea Yumi
Sugishita Kanikadan.**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2019.

HÉLDER HORÁCIO COSSA.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE.

Monografia julgada e aprovada para obtenção de diploma de graduação em administração pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

Prof. Dr. José Weyne De Freitas Sousa

Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cossa, Hélder Horácio.

C869a

Avaliação dos serviços de educação pública no ensino básico em Moçambique / Hélder Horácio Cossa. - Redenção, 2019.
69f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral,
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Prof. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

1. Qualidade da educação - Moçambique. 2. Ensino fundamental - Moçambique. 3. Avaliação da educação pública. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370.679

DEDICATÓRIA.

Dedico este trabalho aos meus pais e a todos que direto ou indiretamente contribuíram para que ele fosse realizado.

AGRADECIMENTOS.

Primeiramente quero agradecer a Deus pela vida e por ter me acompanhado durante os anos dos meus estudos, em seguida quero agradecer a minha mãe Apeniel Manhique pela atenção e acompanhamento nos meus estudos, mesmo vivendo distante ela sempre faz esforço de estar presente comigo todo o momento, obrigado mãe, agradecer ao meu pai Horácio Cossa pela postura positiva que sempre tem comigo e por fazer esforço de investir na formação dos seus filhos, obrigado pai, agradecer ao meu tio Atanásio Cossa por sempre partilhar comigo oportunidades de estudos, graças a si conheci a UNILAB, agradeço aos diretores das duas escolas que aceitaram participar desta pesquisa e a todos os entrevistados que disponibilizaram o seu tempo a responder a todas as questões da pesquisa, aproveitar também agradecer esta Universidade e a todos os professores por me permitirem realizar o sonho de me formar em administração pública, agradecer a minha orientadora Andrea Kanikadan pela paciência e orientação magnífica durante a realização desta monografia e por fim agradecer a minha família toda que sempre me apoiou e aos amigos que sempre me deram força e apoio moral.

Muito obrigado a todos!

RESUMO.

A educação em Moçambique constitui um direito a todos os cidadãos, segundo a constituição a constituição da República de Moçambique, neste trabalho foram apresentados elementos importantes sobre a situação atual da educação pública moçambicana, mas com foco em avaliar a qualidade dos serviços de educação pública no ensino básico na escola primária do 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane e Escola primária do 1º e 2º Grau de Pinda, com base nos indicadores da qualidade na educação dos autores Ribeiro e De Gusmão 2004, isso no ensino primário, quanto a metodologia este trabalho é uma pesquisa qualitativa descritiva, aonde participaram da pesquisa os usuários das duas escolas, que são os diretores, professores e os pais dos alunos. Com esta pesquisa foi descoberto que as escolas apesar de apresentar um avanço e crescimento de suas condições básica, as escolas ainda enfrentam grandes dificuldades como a falta de professores qualificados, a insuficiência de material didático para os professores, insuficiência de salas para todos os alunos e também descobriu-se que existe a fraca participação da comunidade e dos pais na vida escolar dos seus filhos, este trabalho terá um grande contributo para as próximas pesquisas relacionadas a educação pública e a qualidade dos serviços da educação e também ajudará o órgão do Estado responsável pela educação pública a resolver certos problemas atualmente enfrentados pelas escolas, há algumas limitações encontradas durante a pesquisa como a falta de internet nas escolas e a falta de alguns materiais bibliográfico.

Palavras-chave: Educação pública. Qualidade da Educação. Ensino primário em Moçambique.

ABSTRACT.

Education in Mozambique is a right for all citizens, according to the constitution, the constitution of the Republic of Mozambique. In this paper, important elements were presented about the current situation of Mozambican public education, but focusing on assessing the quality of public education services in basic education. The research was done in Eduardo Mondlane Primary School and Pinda Primary School, based on the quality indicators in the education of authors Ribeiro and De Gusmão (2004), in basic education, as the methodology this work is a descriptive qualitative research, in which participated in the research users of the two schools, which are the directors of school, teachers and parents of students. With this research it was found that schools, despite having an advance and growth of their basic conditions, but schools still face many difficulties such as the lack of qualified teachers, insufficient teaching material for teachers, insufficient classroom for all students and It has also been found that there is poor participation of the community and parents in their children's school life. This academic work will make a major contribution to forthcoming research related to public education and the quality of education services and will also help the government institution responsible for public education. For public education to address some of the problems currently faced by schools, there are some limitations encountered during research such as lack of internet in schools and lack of some bibliographic materials.

Keywords: Public education. Quality of education. Primary education in Mozambique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.

Quadro 1: Indicadores de qualidade na educação.....	17/18
Quadro 2: Itens fundamentais para o ambiente físico escolar.....	22

LISTA DE TABELAS.

Tabela 1. Níveis e tendências no desempenho dos alunos nos países do SACMEQ.....	28
--	----

LISTA DE SIGLAS.

ROSC - Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança.

SACMEQ - Consórcio da África Austral e Oriental para Monitoria da Qualidade da Educação.

SNE - Sistema Nacional de Educação.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

PEE – Plano Estratégico de educação.

PQG - Plano Quinquenal do Governo.

EP1 – Escola Primária do Primeiro Grau.

EP2 – Escola Primária de Segundo Grau.

Sumário

1.INTRODUÇÃO.....	14
2.METODOLOGIA.....	16
3.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
3.1. GESTÃO DE QUALIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS.....	19
3.2. DIMENSÕES E INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO.....	19
3.3. GESTÃO DE QUALIDADE EM SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE.....	29
3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO.....	32
3.5. TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO LOWI.....	34
3.6. CRITÉRIOS PARA CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	35
3.7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	35
3.7.1. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE.....	36
4.ESTUDO DE CASO – EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	37
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MOÇAMBICANA DESDE O PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL.....	37
4.2. ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE.....	38
5.PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2012-2016.....	40
5.1. MISSÃO E VISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2012-2016.....	41
5.2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO 2012-2016.....	42
6.ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	44
6.1. OS RELATOS DOS DIRETORES DAS DUAS ESCOLAS:.....	46

6.2. OS RELATOS DOS PROFESSORES DAS DUAS ESCOLAS:.....	48
6.3. OS RELATOS DOS PAIS DOS ALUNOS:	54
6.4. POLITICAS PUBLICAS COMO SOLUÇÃO PARA A EDUCACÃO.	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	60
8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFIA.	62

1. INTRODUÇÃO.

A constituição da República de Moçambique no seu artigo 88 diz que “na República de Moçambique a educação constitui direito e dever de cada cidadão, o Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito”. Mas os factos e os acontecimentos recentes nos mostram uma realidade totalmente diferente do que o Estado moçambicano prevê na sua constituição sobre promoção de educação pública de qualidade e integra, por exemplo, no que diz respeito ao acesso do cidadão a educação pública e de qualidade ainda existem muitas crianças com idade escolar fora das escolas, isso acontece nas zonas urbanas assim como nas zonas rurais, segundo a ROSC que é um Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança, em 2015 disse que cerca de 1.2 milhões que correspondem a 23% de crianças com idade para frequentar a escola primária e secundária não tem acesso à educação. Desde que Moçambique conquistou a sua independência em 1975 até a data atual, o Estado moçambicano alcançou grandes avanços no crescimento e desenvolvimento da Educação, apesar dos grandes desafios que tem enfrentado em todas as áreas importantes no sector da educação, a qualidade da educação pública em Moçambique ainda constitui um grande desafio para o Estado, vários relatórios do próprio ministério da educação, das organizações internacionais e das organizações civis, vem provando a existência desse grande problema na educação pública no país.

Segundo o relatório de SACMEQ realizado em 2011 sobre tendências nos níveis de realização de alunos da 6ª série em Moçambique percebeu-se que a pontuação média da leitura diminuiu 41 pontos, de 517 pontos em 2000 para 476 pontos em 2007. Para matemática, houve uma queda de 46 pontos na pontuação média nacional, isto é, de 530 pontos em 2000 a 484 pontos em 2007 (SACMEQ, 2011, P. 1).

SACMEQ é o Consórcio da África Austral e Oriental para Monitoria da Qualidade da Educação, portanto os dados apresentados por esta organização são muito importantes para o conhecimento da situação da educação em Moçambique e em outros países que fazem parte desta organização na África Austral e Oriental, são esses resultados não muito satisfatórios que motivaram-me a realizar esta avaliação da qualidade de educação pública no ensino básico em Moçambique, a principal questão do problema deste trabalho é a seguinte: Qual é percepção de

qualidade dos serviços públicos de educação em Moçambique, por parte dos usuários da Escola primária do 1º e 2º grau Eduardo Mondlane e da Escola primária do 1º e 2º graus de Pinda e como essa percepção enquadra-se aos indicadores da qualidade na educação apresentados pelos autores Ribeiro e De Gusmão (2004)?

Continuando este capítulo, é importante destacar a seguinte frase tão curta mas com um significado bastante útil para o tema em análise, a frase é do Rutkowski (1998, p. 288) ele diz que “O setor público tem sido considerado menos eficiente que o setor privado por não estar sujeito às pressões do mercado competitivo”. Realmente as instituições públicas moçambicanas não tem a competitividade entre si, razão pela qual os seus serviços nunca satisfazem na totalidade os cidadãos, por exemplo o setor privado é considerado como melhor para oferecer os serviços aos cidadãos, segundo a opinião pública, pois, diferentemente do setor público as instituições privadas tem o espírito competitivo dentro do mercado cada instituição procura atender ao máximo a todas as necessidades do cidadão, mas com isso surge um paradigma no meio da sociedade moçambicana, porque a maioria dos cidadão no país não tem o poder de compra devido aos salários mínimos que são muito baixos, com isso surge a seguinte questão: será que o cidadão moçambicano tem a capacidade de viver totalmente dos serviços do setor privado? Um dos grandes motivos que me fez escolher este tema foi para poder perceber ou ouvir a opinião dos usuários da educação pública moçambicana que são os professores, diretores e gestores escolares, sociedade civil os pais dos alunos, e para isso foi aplicada a seguinte questão: Como a gestão de qualidade dos serviços de educação pública é avaliada pelo governo, pelos professores do nível básico.

A justificativa para a realização deste trabalho é pelo fato do Estado moçambicano na sua constituição prever que o acesso à educação e de qualidade é um direito e dever de todo cidadão enquanto que a realidade vivida nas escolas primárias, secundárias até no ensino superior é de extrema falta de qualidade segundo as publicações das mídias nacionais e algumas organizações não governamentais como a **SACMEQ** (Southern and Eastern África Consortium for Monitoring Educational Quality), Portanto, como foi estabelecido na própria constituição, todo cidadão moçambicano tem o direito de ter uma educação íntegra e de qualidade, sendo assim, eu como futuro gestor público me é dada a missão de transformar esse desejo social em uma realidade e este trabalho servirá como um dos meus primeiros passos, no que concerne a contribuição com os meus conhecimentos e habilidades, a fim de ajudar a trazer melhor

qualidade de vida para a sociedade moçambicana, avaliando e melhorando a qualidade dos serviços do Estado.

O ensino primário é o ponto central desta pesquisa, pois é no ensino básico que as crianças têm o seu primeiro contato com o sistema nacional de educação nas escolas, portanto este nível de ensino merece muita atenção do Estado e de todos os atores envolvidos com a questão da educação no país. Este trabalho tem como objetivo geral, avaliar a qualidade dos serviços de educação pública no ensino básico na escola primaria do 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane e Escola primária do 1º e 2º Grau de Pinda, com base nos indicadores da qualidade na educação dos autores Ribeiro e De Gusmão 2004, os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes:

- Avaliar a qualidade dos serviços de educação pública no ensino básico na escola primaria do 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane e Escola primária do 1º e 2º Grau de Pinda, segundo as políticas públicas educacionais e as opiniões da comunidade acadêmica como os diretores, pais dos alunos e os professores;
- Descrever a relação entre o Governo e a escola primaria do 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane e Escola primária do 1º e 2º Grau de Pinda;
- Analisar as condições das escola primaria do 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane e Escola primária do 1º e 2º Grau de Pinda, Segundo os indicadores dos autores já mencionados.

2. METODOLOGIA.

A metodologia que foi utilizada para essa pesquisa é a qualitativa descritiva, através das entrevistas aos usuários dos serviços de educação pública em Moçambique, mas concretamente nas duas escolas primarias por me escolhidas já mencionadas neste trabalho.

Com a intenção de responder ao problema da pesquisa sobre a situação atual da qualidade de educação pública em Moçambique e conhecer a opinião dos usuários dos serviços de educação pública e relacionar as respostas dos usuários com os indicadores de qualidade na educação, mas concretamente na Escola primaria do 1º e 2º grau de Pinda localizada na província de Gaza, distrito de Manjacaze e a Escola primaria do 1º e 2º grau Eduardo Mondlane também

localizada na província de Gaza, mas no distrito de Chibuto. Localização da província de Gaza: Completando o topo da região sul de Moçambique, Gaza está ligada, a norte, à província de Manica, a nordeste à de Inhambane e a sul à província de Maputo. Também a sul faz fronteira com a África do Sul e já a oeste com Zimbabwe. Na parte sueste tem ainda cerca de 200 km de costa do Oceano Índico. Para que essa pesquisa tivesse mais resultados satisfatórios o desejo era que mais escolas de todo o país tivessem participado da pesquisa, mas houve muitas dificuldades por parte de alguns diretores das escolas para aceitarem que as pesquisas fossem realizadas nas suas escolas, não se sabe o motivo que levou alguns diretores a não aceitarem que as suas escolas participassem da pesquisa, mas a verdade é que esses episódios acontecem com muita frequência em Moçambique, a maior parte dos gestores públicos costumam a ser fechados sempre que aparecem pesquisadores externos interessados em fazer algumas pesquisas ou saber as suas opiniões sobre os serviços que são oferecidos pelo Estado. Por conta da distância entre o Brasil e Moçambique para a realização desta pesquisa, optou se por fazer as entrevistas através dos inquéritos online pelo google forms, os links das entrevistas foram enviados diretamente para os diretores das duas escolas que em seguida se encarregaram em auxiliar os pais e os professores a responderem as questões, 19 professores no total das duas escolas participaram da pesquisa, 2 diretores um de cada escola participaram da pesquisa e por fim um total de 11 encarregados de educação dos alunos participaram também da pesquisa, sendo assim na totalidade foram 32 participantes na pesquisa. Pelas dificuldades de acesso à internet em Moçambique, infelizmente não foi possível a participação dos próprios alunos nesta pesquisa, uma vez que as entrevistas foram feitas online e para tal era necessário o uso de alguns equipamentos tecnológicos como o celular e nenhuma das crianças (alunos) tem acesso a este equipamento, outro motiva foi também a questão ética, pois os alunos são menores de idade não puderam participar desta pesquisa, mas para o efeito os alunos foram representados pelos seus próprios pais, que se disponibilizaram a responder a todas as questões que lhes foram colocados.

O levantamento dos dados secundários que são os referenciais teóricos, foi feito através da seleção das bibliografias que abordam assuntos relacionados a qualidade dos serviços públicos, qualidade de educação pública, que são os principais tópicos desta pesquisa, portanto, a escolha dos referenciais teóricos foi feita com muito cuidado para que não houvesse desvio do foco e do tema desta pesquisa, foi feita também a combinação de qualidade de serviços de educação pública com políticas públicas educacionais, pois esses dois tópicos tem uma relação

muito próxima no que diz respeito as suas matérias de estudos, pois as políticas públicas educacionais são um dos principais fatores que contribuem para a melhoria da qualidade de educação, por isso o desenvolvimento do capítulo das políticas públicas educacionais trouxe um contributo magnífico para esta pesquisa.

O plano estratégico de educação é um dos principais instrumentos com todas as metas e os planos do ministério de educação e o PEE (2012-2016) faz parte de um dos capítulos deste trabalho, foi importante fazer a análise do último plano estratégico por ele ser um plano que foi executado e terminado o seu prazo, sendo assim foi possível identificar os resultados alcançados pelo ministério da educação, mas concretamente no que diz respeito a qualidade de educação, a análise deste plano ajudou a identificar as prioridades e os desafios do ministério de educação para o alcance de qualidade de educação.

As entrevistas tiveram uma duração de dois meses, esse foi o tempo total necessário para a realização das entrevistas, houve várias dificuldades durante este processo, uma delas é a falta de internet de qualidade nas regiões em que moram os professores, diretores e os pais dos alunos e a outra dificuldade encontrada foi a falta de disponibilidade de alguns professores e os pais de alguns alunos, contabilizando o tempo total com as pesquisas bibliográficas, a pesquisa de uma forma geral durou cinco meses de março até agosto do 2019, como já destaquei no início deste capítulo, as questões das entrevistas online foram enviadas para os diretores das duas escolas que em seguida os mesmos tiveram o papel de encaminhar os links das questões para os professores, vale ressaltar que nas primeiras duas semanas os professores encontravam-se de férias, portanto foi necessário esperar o seu regresso para dar sequência às entrevistas.

A análise de dados foi baseada em dois autores que são Vanda Mendes Ribeiro e Joana Buarque de Gusmão, que em 2004 fizeram um trabalho magnífico sobre os indicadores da qualidade de educação, portanto os indicadores apresentados por esses autores serviram de guia para fazer-se a apresentação e a análise dos resultados encontrados para esta pesquisa, foi feita uma espécie de comparação entre os indicadores e os conceitos de qualidade apresentados por esses autores com a realidade encontrada nas escolas e com as respostas dos usuários de serviços de educação pública em Moçambique, mas concretamente os usuários das duas escolas já mencionadas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

3.1. GESTÃO DE QUALIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS.

Apesar de existir diferenças de pensamentos ou conceitos de qualidade dos serviços públicos, diz o Dourado (2007) que os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram-se no tempo e no espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais. Temos aqui as definições da qualidade segundo alguns autores como Juran (2000 apud Erdmann, 2011, P.23) ele diz que “qualidade se refere aquilo que atende as necessidades dos clientes/cidadão; ou também é a ausência de deficiência.” Essa definição nos remete a refletir ainda mais sobre a qualidade da educação pública moçambicana, com esse conceito pode se levantar as seguintes questões: A educação pública moçambicana atende as necessidades dos cidadãos? Será que os resultados da educação pública alcançados em cada época são satisfatórios ou não apresentam defeitos? Essas questões serão respondidas no decorrer deste trabalho, aliás as respostas estão com os próprios usuários da educação pública em Moçambique.

Segundo Slack (1999 apud Erdmann, 2011, P 23) diz que “qualidade é a consistente conformidade com as expectativas dos consumidores” essa definição deixa claro que o Estado deve manter se sempre focando em atender e satisfazer de forma continua as expectativas dos usuários dos seus serviços.

3.2. DIMENSÕES E INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO.

“Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo”. (RIBEIRO; DE GUSMÃO, 2004, pag. 5)

Em todos os casos que é necessário fazer qualificação de alguma coisa é necessário usar indicadores como base, eles tem a função de ajudar a identificar a existência ou não de qualidade

de um determinado produto, ou serviço. A educação pública também para que ela seja qualificada é necessário usar os indicadores próprios, segue agora o quadro com algumas dimensões e os seus indicadores de qualidade de educação e suas definições:

Quadro 1. Indicadores de qualidade na educação.

Dimensões	Indicadores de qualidade
1. Ambiente educativo	<ul style="list-style-type: none"> • Amizade e solidariedade; • Alegria; • Respeito ao outro; • Combate à discriminação; • Disciplina e tratamento adequados aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola; • Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes.
2. Prática pedagógica e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto político-pedagógico definido e conhecido por todos; • Planejamento; • Contextualização; • Prática pedagógica inclusiva; • Formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos; • Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos; • Incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo.
3. Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos; • Mecanismos de avaliação dos alunos; • Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem; • Avaliação do trabalho dos profissionais da escola; • Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino.
4. Gestão escolar democrática.	<ul style="list-style-type: none"> • Informação democratizada; • Conselhos escolares atuantes;

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral; • Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino; • Tratamento aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola, • Participação em outros programas de incentivo à qualidade da educação do governo federal, dos governos estaduais ou municipais.
5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Formação inicial e continuada; • Suficiência da equipe escolar; • Assiduidade da equipe escolar; • Estabilidade da equipe escolar.
6. Ambiente físico escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Suficiência do ambiente físico escolar; • Qualidade do ambiente físico escolar; • Bom aproveitamento do ambiente físico escolar.
7. Acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola.	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de falta de alunos; • Abandono e evasão; • Atenção especial aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem; • Atenção às necessidades educativas da comunidade.

Fonte: Indicadores de qualidade na educação (Ribeiro e De Gusmão, 2004)

Esta tabela nos apresenta um dos indicadores principais utilizados em vários países para identificar a existência ou a inexistência de qualidade na educação, Moçambique também utiliza os indicadores apresentados neste quadro, começando pela primeira dimensão que fala sobre o **ambiente educativo**, ele é muito importante porque influencia o estado emocional dos alunos nas escolas, pois o ambiente escolar determina se as escolas estão em condições saudáveis para exercer as suas atividades de forma tranquila, por exemplo a boa convivência entre os alunos, professores, diretores e os demais trabalhadores das escolas, a não discriminação dentro das escolas, o respeito um pelo outro, esses todos comportamentos e atitudes são responsáveis pelo

sucesso das escolas e no aproveitamento dos alunos, conseqüentemente vão influenciar na qualidade da educação.

Em seguida os autores nos apresentam a segunda dimensão que trata das **práticas pedagógicas e avaliação**, a postura dos professores dentro e fora das salas de aulas com os alunos é muito importante para o sucesso e boa aprendizagem dos alunos, a direção das escolas juntamente com os professores e com os demais membros executivos das escolas tem o papel de elaborar um projeto político pedagógico que tenha de forma clara e objetiva os seus planos para o alcance de sucessos das atividades realizadas nas escolas, é preciso que estes planos sejam conhecido por todos os beneficiários dos serviços oferecidos pelas escolas, desde os pais, alunos, professores e a direção das escola, os autores também indicam que os professores devem sempre planejar as suas aulas e atualiza-las sempre que for necessário, os professores precisam trocarem experiencias entre si, assim como eles devem ser capaz de ouvir as opiniões dos demais membros, e a direção tem a obrigação de acompanhar sempre o planejamento dos professores e as suas atividades dentro das salas de aulas.

A terceira dimensão trata sobre avaliação, esta dimensão corresponde muito ao tema central desta pesquisa, que é exatamente a avaliação da qualidade dos serviços de educação pública feita pelos seus usuários, portanto os autores nos trazem aqui indicadores que abordam exatamente a integralização dos alunos no processo de avaliação das metodologias de aprendizagem utilizadas pelos professores nas salas de aulas, esta avaliação deve acontecer desde o planejamento das matérias e no final de cada ciclo de estudo, seja bimestral, trimestral ou até semestral, ainda segundo Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 27) eles dizem que “apoiar a comunidade escolar para que a avaliação seja um instrumento participativo para a melhoria da qualidade da escola”. O primeiro indicador dessa dimensão é exatamente o Monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos, esse é o indicador que procura saber se os professores observam a progressão dos seus alunos e quais suas principais dificuldades por exemplo, os professores corrigem os trabalhos, circulam pela classe enquanto os alunos estão fazendo seus exercícios, incentivam os alunos a fazer perguntas e tirar dúvidas? Dentre outras exigências que não cabem descreve-los aqui, em seguida os autores apresentam o indicador que trata do Mecanismos de avaliação dos alunos, este indicador procura saber se os professores fazem uso de diferentes atividades para avaliar os alunos (provas, trabalhos, seminários), a atribuição de

notas ou conceitos é discutida entre todos os professores, as decisões sobre a reprovação ou o reagrupamento de alunos são discutidas por todos os professores, e por fim procura saber se os pais e mães participam dessas discussões?

A participação dos pais no processo de avaliação dos métodos adotados pelas escolas para a educação dos seus filhos é muito importante. Entre outras obrigações indicadas nesta fase que não cabe os descrever na sua totalidade neste capítulo, algumas delas serão encontradas na análise dos resultados. Seguindo a sequência da análise dos indicadores apresentados por esses autores encontramos a participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem, este indicador procura entender se os alunos participam da definição e da organização dos meios de avaliação utilizados pela escola, Os alunos são orientados pelos professores a fazer autoavaliação (falar, escrever, expressar o que aprenderam), os professores dizem aos alunos por que eles tiram esta ou aquela nota/conceito ou por que foram aprovados ou reprovados? O próximo indicador apresentado pelos autores é a avaliação do trabalho dos profissionais da escola, ele procura saber se existe na escola algum procedimento formalizado para avaliar o trabalho realizado durante o ano por todas as pessoas que ali trabalham, representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar (direção, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários, alunos, pais e mães) participam das avaliações das pessoas que trabalham na escola? E para o fim nesta dimensão os autores destacam o acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino, este indicador procura demonstrar se o significado desses indicadores é discutido na escola (em sala de aula, reuniões de professores, de pais, reuniões pedagógicas, etc.), se esse tipo de discussão acontece, a comunidade escolar faz com que suas dúvidas e opiniões cheguem até os órgãos responsáveis pela produção desses indicadores?

A quarta dimensão apresentada pelos autores é a **gestão escolar democrática**, Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 31) apresentam algumas características de gestão escolar democrática, sendo eles: “o compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e com a relação custo– benefício, a transparência (capacidade de deixar claro para a comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros).”

As escolas precisam manter sempre uma boa relação de comunicação com a comunidade para que haja uma gestão participativa e democrática. A participação na tomada de decisões

inclui os pais dos alunos, os alunos professores, a comunidade e os demais funcionários administrativos da escola que são os principais interessados pela qualidade nas escolas, porque quando as decisões são tomadas em conjunto a chance dos planos darem certos é maior, a participação dos conselhos escolares também é muito importante na tomada decisões, eles orientam, opinam e decidem sobre tudo que tem a ver com a qualidade das escolas participar da construção do projeto político-pedagógico e dos planejamentos anuais, ajudar na procura de meios para solucionar os problemas administrativos e pedagógicos das escolas, avaliar os resultados da administração, decidir sobre os investimentos prioritários, as organizações não governamentais que apoiam e financiam as escolas também tem o direito de participar em vários momentos importantes das escolas, como uma gestão democrática a escola também precisa saber gerir os conflitos e opiniões diferentes, pois, eles fazem parte do dia a dia na vida das pessoas.

A quinta dimensão fala sobre a **Formação e condições de trabalho dos profissionais da Escola**, os professores e os demais responsáveis pelo bom funcionamento da escola, eles são também responsáveis pela realização dos objetivos do plano político-pedagógico, eles precisam de boas condições no seu local de trabalho, seja na sala de aula ou não, é importante também se garantir a sua formação continuada. Outras condições também são necessárias, tais como:” Estabilidade do corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores e o número de alunos, salários condizentes com a importância do trabalho, etc.”(RIBEIRO e DE GUSMÃO, 2004, P. 37)

A sexta dimensão é o **Ambiente físico escolar**, “ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola.”

O estado do ambiente físico escolar influencia muito para o bom funcionamento das escolas, é preciso sempre cuidar do recinto escolar e mantê-lo limpo. As escolas também devem dispor de recursos que ofereçam serviços de qualidade, nesta dimensão, a avaliação será feita através de 3 indicadores: **1. Suficiência:** disponibilidade de material, espaço ou equipamento quando deles se necessita;

2. Qualidade: adequação do material à prática pedagógica, boas condições de uso, conservação,

organização, beleza, etc;

3. Bom aproveitamento: valorização e uso eficiente e flexível de tudo o que se possui. (RIBEIRO e DE GUSMÃO, 2004, P. 41).

Quadro 2: Itens fundamentais para o ambiente físico escolar

Itens fundamentais para o ambiente físico escolar	Indicador	Indicador	Indicador
	Suficiência do ambiente físico escolar	Qualidade do ambiente físico escolar	Bom aproveitamento do ambiente físico escolar
Cadernos, lápis, borrachas, lápis de cores e livros didáticos para alunos.	Todos os alunos devem possuir cadernos, lápis, borrachas, lápis de cores e livros didáticos.	Todos os Cadernos, lápis, borrachas, lápis de cores e livros didáticos para alunos devem ser bem cuidados e estar em boas condições	Os alunos devem utilizar os livros didáticos e outros materiais.
Acesso à Internet	A escola deve estar conectada a Internet	A conexão com a internet deve permitir a realização de pesquisas com rapidez.	Todos os alunos e professores devem ter acesso a internet da escola.
Banheiros	A escola deve possuir banheiros para o uso de todos inclusive para alunos com deficiência	Os banheiros devem estar limpos e em boas condições	Os banheiros devem ser muito bem utilizados por todos, sem o uso restrito a um número muito pequeno das pessoas.

Carteiras para alunos.	Deve haver carteiras disponíveis para o uso de todos os alunos	As carteiras devem estar em boas condições de uso	Deve se reaproveitar rapidamente todas as carteiras quebradas
Mesa e cadeira para professores	Deve haver mesa e cadeira para o professor nas salas de aula.	As mesas e cadeiras e professores devem estar em boas condições de uso.	As mesas e cadeiras quebradas devem ser rapidamente reaproveitadas.
Materiais para o uso do professor como giz, quadro, livros, jogos e mapas	A escola deve ter disponível, giz, quadro, brinquedos, livros e mapas para o uso dos professores	Os materiais devem responder as necessidades da prática pedagógicas, devem estar em boas condições de uso, seu conteúdo deve respeitar a diversidade humana e a igualdade entre todos (negros, brancos, amarelos, indígenas, pobres ou ricos, homens ou mulheres, homossexuais ou não).	Todos esses materiais devem chegar até a sala de aulas para apoiar a práticas pedagógicas.
Salas de aulas	As salas de aulas devem ser suficientes para o número de alunos todos na escola.	As salas de aulas devem estar bonitas, limpas, iluminadas e muito bem cuidadas.	As salas de aulas devem permitir a organização do mobiliário de acordo com as atividades diversas (rodas, trabalhos em grupo, etc).
Bibliotecas, salas ou cantos de leitura.	As escolas devem ter bibliotecas, salas ou cantos de leituras disponíveis.	A biblioteca, salas ou cantos de leitura devem ter acervo organizado, limpo, bonito, ambiente agradável e iluminado.	Qualquer pessoa (aluno, professor, pai, mãe, funcionário) devem ter acesso a biblioteca e aos livros escolares.

			A biblioteca, sala de aula ou canto de leitura deve contar com alguém responsável pelo acervo, e que apoia os alunos, pais, professores, no acesso aos livros de que necessitam
--	--	--	---

Fonte: Itens fundamentais para o ambiente físico escolar (RIBEIRO e DE GUSMÃO, 2004)

Os itens fundamentais para o ambiente físico escolar, fazem parte dos indicadores importantes para se avaliar a qualidade de uma determinada escola, os itens apresentados pelos autores são de alto valor pois eles vão de acordo com a realidade das escolas moçambicanas mas concretamente as duas escolas que foram pesquisadas e que diretamente representam a realidade de várias outras escolas públicas existentes no país.

É importante salientar que neste quadro não foram descritos todos os itens relacionados com o ambiente físico escolar, apesar dos autores sugerirem mais itens importantes relacionados com esses indicadores, portanto estes são os itens que mais se aproximam da realidade das escolas moçambicanas.

A última dimensão apresentada pelos autores é o **acesso, permanência e sucesso na escola**, este indicador representa um dos maiores desafios enfrentados atualmente pelo SNE o sistema nacional de educação em Moçambique, garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, pois, segundo algumas investigações feitas por organizações governamentais e não governamentais, segundo a ROSC que é um Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança, em 2015 disse que cerca de 1.2 milhões que correspondem a 23% de crianças com idade para frequentar a escola primária e secundária não tem acesso à educação.

Xavier (1996) diz que devem ser consideradas seis dimensões para a qualidade da educação, a primeira é a dimensão diz respeito à **qualidade política e a qualidade formal da educação**. Esta dimensão faz ênfase aos projetos políticos-pedagógico e a essência dos serviços

de educação prestados pelo Estado, a razão da sua existência, o seu conteúdo e relevância, o que se considera qualidade ampla ou intrínseca da educação, no âmbito escolar refere-se ao domínio dos conteúdos importantes por parte dos alunos.

A segunda dimensão diz respeito aos **custos**, nunca se deve confundir educação cara e luxuosa como a que tem mais qualidade, a educação para ser considerada de qualidade deve ir de acordo com as necessidades dos seus usuários deve estar ao alcance dos seus usuários no que diz respeito aos custos, educação de qualidade deve estar ao menor custo para o seu provedor que é o Estado e deve ser de menor preço para os alunos e para a sociedade em geral; (XAVIER, 1996, P. 10)

Xavier coloca o **Atendimento** como terceira dimensão, “Trata-se de levar em conta os aspectos de quantidade certa dos beneficiários de educação, no prazo certo e no local certo. Assim, não faz sentido imaginar que alguém que tenha direito não tenha acesso à educação” do mesmo jeito que não faz sentido imaginar que essa educação não seja alcançada no prazo previsto pelos seus provedores assim como pela sociedade e essa educação deve estar ao alcance dos seus usuários.

Ainda sobre o atendimento como dimensão importante para uma educação de qualidade, em Moçambique ainda temos muitas crianças sem acesso à educação, o Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança – ROSC (2015) diz que ”estima-se que cerca de 1.2 milhões de crianças (o que corresponde a 23%) em idade de frequentar o ensino primário e secundário estão fora da escola, ou seja, sem acesso à educação”. Apesar de que a Constituição da Republica de Moçambique no seu artigo 88, número 1, afirmar que o acesso à educação é o direito de todo cidadão, os dados apresentados pelas organizações da sociedade civil mostram que nem todo cidadão moçambicano tem acesso a esse direito tão preciso e tão importante para o desenvolvimento cognitivo do cidadão.

O moral da equipe envolvida no processo da educação é considerado a quarta dimensão, para o alcance da qualidade, pois não se pode falar de educação de qualidade sem falar da energia positiva dos trabalhadores, essa dimensão faz ênfase nos aspectos ligados a motivação dos profissionais envolvidos com a educação, que são os professores, técnicos, e os demais trabalhadores públicos envolvidos com o setor da educação, o autor ainda diz que é

preciso que todos tenham orgulho de um trabalho bem feito, é preciso também oferecer condições adequadas no trabalho e material necessário e de qualidade (XAVIER, 1996, P. 10).

“A **segurança** constitui uma quinta dimensão da qualidade. Em um sentido restrito refere-se à segurança física dos agentes no ambiente escolar. Em um sentido amplo, ao impacto do serviço educacional, ou da sua provisão, no meio ambiente” (XAVIER, 1996).

A sexta dimensão para a qualidade da educação refere-se à **ética**, ela diz respeito a código de conduta de todos os atores envolvidos com o processo da educação ela também faz ênfase a transparência e clareza das suas ações.

...Considerando a gestão dos sistemas educacionais, os fatores que têm sido apontados como essenciais para a qualidade do ensino são: o comprometimento político do dirigente; a busca por alianças e parcerias; a valorização dos profissionais da educação; a gestão democrática; o fortalecimento e a modernização da gestão escolar; e a racionalização e a produtividade do sistema educacional (XAVIER, 1996, p. 7)

3.3. GESTÃO DE QUALIDADE EM SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE.

“Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais” (Dourado, 2007, p.7).

Portanto um sistema de Educação apresenta diversos fatores que direto ou indiretamente influenciam para o alcance da qualidade desejada, esses fatores podem ser sociais, políticas, econômicos e culturais, sendo assim cada país define qualidade de educação consoante a sua realidade, necessidades locais, mas nem por isso podemos ignorar que apesar da existência das diferenças culturais, sociais, econômicos e políticas de cada país, podemos definir educação de

qualidade numa perspectiva aplicável para todas as realidades dos diferentes países, Moçambique, Brasil e tantos para os outros países desenvolvidos ou em via de desenvolvimento.

Segundo Boletim da UNESCO (2003, p. 12), apud Dourado (2007, p. 9) OCDE e a UNESCO utilizam como paradigma, para aproximação da Qualidade da Educação, a relação *insumos-processos-resultados*. Portanto a qualidade da Educação é definida de acordo com a relação dos processos internos e externos escolares, a relação entre os recursos materiais e humanos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, as expectativas esperadas das escolas e dos próprios alunos para o alcance da qualidade. E também a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.

Alguns aspectos importantes sobre a qualidade de educação em Moçambique observados pelo SACMEQ (Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Educational Quality) ou simplesmente em português conhecido como Consórcio da África Austral e Oriental para Monitoria da Qualidade da Educação. Segundo o site da própria organização SACMEQ que é uma organização de desenvolvimento internacional sem fins lucrativos de 16 Ministérios da Educação na África Austral e Oriental que decidiu trabalhar em conjunto para partilhar experiências e conhecimentos no desenvolvimento das capacidades de planeadores educacionais para aplicar métodos científicos, para monitorar e avaliar as condições de escolaridade e a qualidade da educação, fundada em 1990.

O foco principal do trabalho da SACMEQ tem sido implementar programas de pesquisa e treinamento para equipar planeadores educacionais e pesquisadores com habilidades técnicas relevantes (como projeto de pesquisa, construção de instrumentos, amostragem, análise de dados e elaboração de relatórios). São países que fazem parte desta organização Angola, Botswana, Quênia, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia e Zanzibar, Tanzânia continente, Uganda e Zâmbia.

Segundo o relatório de SACMEQ realizado em 2011 sobre tendências nos níveis de realização de alunos da 6^a série em Moçambique percebeu-se que a pontuação média da leitura diminuiu 41 pontos, de 517 pontos em 2000 para 476 pontos em 2007. Para matemática, houve uma queda de 46 pontos na pontuação média nacional, isto é, de 530 pontos em 2000 a 484 pontos em 2007 (SACMEQ, 2011, P. 1).

Esses resultados apresentados nesse relatório vêm reconfirmar os altos níveis decrescentes que Moçambique tem registrado nos últimos anos no que diz respeito ao aproveitamento e qualidade de educação pública no país.

Ainda segundo a SACMEQ a tabela abaixo pode se ver que cinco países membros da SACMEQ (Lesoto, Maurício, Namíbia, Suazilândia e Tanzânia) registraram melhorias substanciais entre 2000 e 2007 em leitura e matemática. Somente um país do SACMEQ (Moçambique) que registou uma recaída substancial em realização a ambas categorias leitura e matemática. Declínio drástico de Moçambique de mais de 40 pontos em leitura e matemática foi provavelmente ligado à rápidas mudanças no sistema de ensino durante este período.

Tabela 1. Níveis e tendências no desempenho dos alunos nos países do SACMEQ

Países	Pontuação de leitura de aluno		Aritmética	
	2000	2007	2000	2007
Botswana	521.1	534.6	512.9	520.5
Kenya	546.5	543.1	563.3	557.0
Lesotho	451.2	467.9	447.2	476.9
Malawi	428.9	433.5	432.9	447.0
Maurícias	536.4	573.5	584.6	623.3
Moçambique	516.7	476.0	530.0	483.8
Namíbia	448.8	496.9	430.9	471.0
Seychelles	582.0	575.1	554.3	550.7
África do Sul	492.3	494.9	486.1	494.8
Suazilândia	529.6	549.4	516.5	540.8
Tanzânia	545.9	577.8	522.4	552.7
Uganda	482.4	478.7	506.3	481.9

Zâmbia	440.1	434.4	435.2	435.2
Zanzibar	478.2	533.9	478.1	486.2
Zimbabwe	504.7	507.7	XXXX	519.8
SACMEQ	500.0	511.8	500.0	509.5

Fonte: SACMEQ, Policy Issues; Number 2, September 2010, (www.sacmeq.org)

3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO.

Primeiramente antes de abordar de uma forma genérica o capítulo das políticas pública para educação é importante entender alguns conceitos das políticas públicas de uma forma geral e em seguida abordar conceitos das políticas públicas educacionais e os seus componentes.

As políticas públicas devem ser inclusivas e eles “determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais” (INEP, apud ALVES; SILVA, 2006, p. 165).

Estado tema a obrigação de fazer sempre a redistribuição dos direitos sociais a todos e essa redistribuição deve ser acompanhada por políticas de educação com qualidade.

“Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar” (ALVES; SILVA, 2017, P. 2).

As políticas públicas educacionais têm o papel de orientar sempre o funcionamento escolar, para que todas as atividades sejam exercidas com qualidade e sem o descumprimento do plano pedagógico escolar, as políticas públicas muitas das vezes aparecem para corrigir ou regular as antigas políticas que não tiveram o sucesso desejado dentro do sistema da educação.

Mead, 1995 diz que política pública é um Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Lynn, 1980 diz que política pública é Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Peters, 1986 diz que política pública é a Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.

Dye, 1984 diz que política pública é que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Laswell, 1954 diz que política pública é responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Portanto cada autor apresenta a sua visão sobre o que vem a ser política pública, mas há uma coisa em comum entre todos esses conceitos apresentados por esses autores, se prestarmos bem atenção todas essas definições giram em torno de três palavras que são o governo, ação, público ou sociedade.

Mas nesse caso seguindo os conceitos desses autores o que podemos considerar como política pública educacional? Uma questão aparentemente simples, mas complexa para obter uma resposta concisa e inclusiva, pois o setor da educação é composto por vários agentes ou atores, desde o nível superior que é o governo até o nível de base, portanto políticas públicas educacionais devem envolver todos esses atores. Mas baseando se nos conceitos apresentados pelos autores acima citados, por exemplo, Mead, diz que política pública é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, sendo assim política pública educacional é uma dessas partes das políticas públicas que envolvem questões sociais dentro dos projetos governamentais, consideradas importantes pelo mesmo governo.

O governo tem o papel de fazer filtro do que é importante para a sociedade para oferecer uma educação de qualidade e que seja inclusiva.

Continuando agora com a visão de Lynn, diz que política pública é Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, portanto política pública educacional nesse caso pode ser considerada como uma das ações do governo que irão produzir efeitos específicos ou exclusivamente direcionados para a educação;

E por fim analisando os pensamentos de Dye sobre políticas públicas, podemos considerar política pública educacional como o que o governo escolhe fazer ou não fazer, esse conceito é bastante claro e retrata bastante a realidade da educação moçambicana, pois temos notado ultimamente que o governo faz menos do que devia fazer em prol do alcance de uma educação de qualidade, portanto quando o governo toma a decisão de deixar de executar certo projeto segundo este mesmo autor também está exercendo uma política pública, o governo sempre tem várias explicações para justificar a tomada de decisão de não execução de uma ideia ou projeto que seria benéfico para a sociedade, muitas das vezes alega a falta de recursos humanos qualificados e financeiros para a execução das políticas públicas educacionais.

3.5. TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO LOWI.

- **Políticas regulatórias** “Estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados”;
- **Políticas distributivas** “geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade”;
- **Políticas redistributivas** “Concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores, e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores”;
- **Políticas constitutivas** “São aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas”.

Com esses conceitos dos tipos das políticas públicas apresentados na visão de Lowi, podemos considerar que as políticas públicas para educação enquadram-se mais nas políticas redistributivas, pelo simples fato de o Estado ter a obrigação de fazer a redistribuição dos recursos concentrados em determinadas áreas ou setores para as áreas mais necessitadas ou para as áreas com maior demanda no setor público e a educação é uma das áreas que apresenta maior demanda.

3.6. CRITÉRIOS PARA CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.

Silva e Alves dizem (2017, p. 2) que para fazer uma política pública educacional não é fácil, pois isso inclui traçar os objetivos e anseios de um país inteiro, o bem-estar comum deve ser respeitado assim como os direitos individuais. Nesses objetivos que o governo vai traçar deve sempre se respeitar o princípio da qualidade.

O processo de elaboração e execução de políticas públicas educacionais sempre deve ter o ciclo de políticas públicas, que podemos descrevê-los como o “amadurecimento do processo decisório (identificação do problema, formação da agenda e descrição da política), implementação e avaliação dos resultados pretendidos à partida” conforme apresentam SERAFIM e DIAS (2012 apud MUZZI, 2014, p. 12).

Para se criar uma política pública para educação é preciso se observar alguma anomalia no setor de educação e que o Estado precisa intervir para trazer soluções, é através das políticas públicas que muitos problemas sociais são resolvidos ou diminuídos.

Portanto não podemos falar de qualidade na educação pública sem falar de políticas públicas educacionais, pois esses dois ramos andam simultaneamente juntos, a primeira fase para a criação de uma política pública para educação, deve primeiro fazer-se o diagnóstico, identificar-se o problema e em seguida fazer-se um estudo de como trazer soluções para aquele mesmo problema identificado, em seguida deve se fazer um balanço orçamentário necessário para a implementação da política pública e no momento da sua execução deve se manter sempre o acompanhamento e a fiscalização dessa mesma política pública, para garantir o sucesso e a qualidade das políticas públicas educacionais.

3.7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.

Em Moçambique existe o plano estratégico da educação (2012-2016), mais afrente encontrará uma análise e avaliação desse mesmo PEE, mas é importante apresentar agora a sua missão para a elaboração e implementação das políticas públicas educacionais. “A criação de um Sistema Educativo justo, inclusivo, eficaz e eficiente em termos de gestão, um sistema onde os alunos obtenham as habilidades, competências e comportamentos requeridos para atingirem o objetivo principal da Educação, como refletido na visão de longo prazo.”(PEE,p.17), essa missão do plano estratégico deixa claro o papel e a importância que o governo tem para que haja políticas públicas educacionais e de qualidade em Moçambique

Moçambique ainda é um país em via de desenvolvimento, sem recursos financeiros suficiente para executar certas políticas públicas com sucesso, razão pela qual que observamos uma grande dependência externa para a implementação de algumas políticas públicas, sejam elas educacionais ou não e isso as vezes pode atrasar o avanço de um país, pois apesar de o sistema nacional de educação tiver autonomia, vai precisar antes de tomar certas decisões consultares os investidores internacionais ou os “stakeholders”(que são as partes interessadas no projeto a ser implementado).

3.7.1. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE.

O governo moçambicano sempre priorizou a formação e professores de acordo com as demandas sociais, políticas e econômicas, por isso o método de formação de professores para o ensino básico que tinha uma duração de apenas 12 meses, pós, depois da independência o país se encontrou numa situação emergencial para a formação de professores com o objetivo de suprir as demandas sociais, mas a partir de 2011 o governo observou que tinha que mudar a política de formação de professores, que a formação e capacitação dos mesmos passaria a durar entre 2 a 3 anos, contra o antigo período que era apenas de 12 meses, está política tem melhorar a qualidade de formação dos professores para que posteriormente possa melhorar a qualidade de ensino básico, capacitar professores de acordo com os padrões de qualidade internacionais, sobre práticas de

referência e de forma que se ajuste às reformas curriculares em curso no país. (MORAIS, 2013, p.8)

Portanto, o próximo capítulo vai descrever o sistema nacional de educação moçambicano, começando pela sua contextualização.

4. ESTUDO DE CASO – EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MOÇAMBICANA DESDE O PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL.

A educação moçambicana tem as suas fases desde o período colonial até o pós-colonial, mas neste trabalho irei focar-me apenas em analisar a educação moçambicana pós-colonial pelo facto de que a fase pós-colonial traz uma nova era na construção e desenvolvimento da educação moçambicana é nessa fase onde o Estado moçambicano passa ter o controle e direcção da sua governação.

Na fase colonial, Segundo (BASILIO, 2010), apud Bonde, Rui (2016) “O ensino colonial em Moçambique data da primeira metade do século XIX e vai até aos finais do século XX (1845-1974)18, sendo marcado por uma educação de dominação, alienação e cristianização”. É notória a completa dominação do sistema de educação no período colonial, o Estado moçambicano não podia traçar estratégia e a estrutura da educação, pois a educação era apenas privilegiada para os filhos dos colonizadores, havia uma separação racial nas escolas públicas, nem todos tinham o direito de usufruir de uma boa educação e de qualidade.

Seguindo para o período pós-colonial a partir de 1975, esta é a fase em que o Estado moçambicano toma conta da direcção do país, portanto a educação foi uma das principais estratégias para o crescimento e desenvolvimento do país, neste período o Estado reformou o seu sistema de educação focando se em um sistema de unidade nacional, educação para todos e de qualidade. “Os primeiros anos pós-independência foram marcados por um grande entusiasmo, voluntarismo e altos níveis de apoio popular às iniciativas do governo” (Bonde, 2016).

4.2. ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE.

Primeiramente, para uma melhor abordagem deste tema, é preciso conhecer de uma forma geral a própria estrutura do sistema nacional de educação moçambicana, como ele funciona e quais são as suas políticas educacionais para a melhoria de qualidade de educação pública.

Segundo a lei do sistema nacional de educação n.º 6/92, no seu capítulo II, artigo 6, o sistema nacional de educação moçambicana estrutura-se em ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extraescolar.

- **Ensino pré-escola.**

O ensino pré-escolar é o que se realiza em creches e jardins de infância para crianças com idade inferior a 6 anos como complemento ou supletivo de ação educativa de família, com a qual coopere estreitamente.

É o objetivo de ensino pré-escolar estimular o desenvolvimento psíquico, físico e intelectual das crianças e contribuir para a formação da sua personalidade, integrando as crianças num processo harmonioso de socialização favorável ao pleno desabrochar das suas aptidões e capacidades.

A rede do ensino pré-escolar é constituída por instituições e iniciativas dos órgãos centrais provinciais ou locais e de outras entidades coletivas ou individuais, nomeadamente associações de pais e de moradores, empresas, sindicatos, organizações cívicas, confessionais e de solidariedade.

Compete ao ministério de Educação, em conjunto ao ministério de Saúde e a Secretaria de Estado da Ação Social, definir normas gerais do ensino pré-escolar, apoiar e fiscalizar o seu

cumprimento, definir os critérios e normas para a abertura, funcionamento e encerramento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar.

- **Ensino Escolar ou geral.**

De salientar que o ensino escolar é o centro desta pesquisa, pelo fato do mesmo ser composto pelo ensino geral, ensino técnico-profissional e o ensino superior, mas com a prioridade no ensino geral nomeadamente o ensino básico que faz parte do mesmo.

Além do ensino ministrado nos estabelecimentos de ensino referidos no parágrafo anterior, o ensino escolar integra também modalidades especiais de ensino.

As instituições de ensino consoante a sua propriedade são estatais, corporativas, comunitárias ou privadas.

Sobre a caracterização do ensino geral o Art.9 descreve o ensino geral como o eixo central do Sistema Nacional de Educação e confere a formação integral e politécnica; Os níveis e conteúdos desde ensino constituem ponto de referência para todo o Sistema Nacional de Educação; O ensino geral compreende dois níveis: primário e secundário. O ensino geral é frequentado em princípio, a partir do ano letivo em que as crianças completam seis anos de idade.

- **O ensino geral tem como objetivos:**

I. Proporcionar o acesso ao ensino de base aos cidadãos moçambicanos, contribuindo para garantir a igualdade de oportunidade de acesso a uma profissão e aos sucessivos níveis de ensino;

II. Dar uma formação integral ao cidadão para que adquira e desenvolva conhecimentos e capacidades intelectuais, físicas e na aquisição de uma educação politécnica, estética e ética;

III. Dar uma formação que responda às necessidades matérias e culturais do desenvolvimento econômico e social do país.

- **Ensino extraescolar**

Segundo a lei do sistema nacional de educação no seu artigo 35 “O ensino extraescolar é o que engloba atividades de alfabetização e de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica e realiza-se fora do sistema regular de ensino”

A alínea c do mesmo artigo diz que “o ensino extraescolar tem como objetivo assegurar a ocupação dos tempos livres das crianças, jovens e adultos com atividades de natureza cultural e de ensino informal sobretudo aqueles que não tiveram acesso à escola”.

Este objetivo vem a reconfirmar o que já se mencionou no início deste trabalho que é a falta de acesso à escola para as crianças com idade escolar, infelizmente a educação pública moçambicana ainda não está acessível para toda a sociedade, essa realidade verifica-se mais nas zonas rurais onde o sistema nacional de educação ainda não se faz presente. Moçambique é um país muito grande territorialmente razão pela qual as crianças que moram nas zonas urbanas e suburbanas tem mais acesso aos serviços públicos, mas concretamente aos serviços de educação, enquanto que as crianças que vivem nas zonas rurais por razões que só o governo pode explicar dificilmente tem acesso serviços completos do Estado, eu vivi quase seis anos entre 2004 a 2009 em zona rural concretamente no distrito de Manjacaze província de Gaza, sorte minha que pude ter acesso a pelo menos serviços de educação pública, mas essa sorte nem todas as crianças tiveram, pois eu presenciei por vários anos a realidade de ver crianças que cresciam sem saber ler e nem escrever porque não tiveram acesso à educação pública, que é um direito de todas as crianças.

5. PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2012-2016.

Primeiramente, é importante trazer os conceitos de o que é um plano estratégico e o que é planeamento estratégico para que em seguida fique mais fácil entender os seus objetivos, missão, visão e os seus projetos para a melhoria da qualidade da educação pública no país.

Plano estratégico é diferente de planeamento estratégico o plano estratégico é o documento oficial elaborado pelo ministério da educação que descreve os objetivos a serem

alcançados num período determinado enquanto que o planeamento estratégico apresenta de forma detalhada as metas e condições que foram estabelecidas no PEE e necessárias para alcançar os objetivos traçados no plano estratégico de Educação.

Drucker (1977) define Planeamento Estratégico como um processo contínuo, sistemático, organizado e capaz de prever o futuro, de maneira a tomar decisões que minimizem riscos.

O plano estratégico de educação em Moçambique pode ser considerado parcialmente contínuo, apesar de haver algumas particularidades para cada plano estratégico, cada PEE tem seu foco principal, consoante às demandas socioeconômicas do país naquele determinado período que ele foi elaborado e aplicado nas instituições de ensino, não se pode também negar que todos PEE são sistemáticos, pois para que eles sejam executados seguem alguma lógica, regras ou métodos específicos, todos os PEE que já foram elaborados em Moçambique sempre tiveram a preocupação em prever o futuro, com objetivo de alcançar melhores resultados ou superar os resultados alcançados como PEE anterior, para que o PEE alcance o sucesso esperado é preciso que sejam tomadas decisões que vão minimizar os riscos.

O motivo da escolha desse plano estratégico decorrido entre 2012 a 2016 é pelo fato do mesmo ser o mais recente e que chegou ao final da sua execução, portanto, é mais fácil avaliar um plano que já chegou ao fim do seu prazo do que um plano que está sendo executado atualmente.

5.1. MISSÃO E VISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2012-2016.

É na missão onde o plano deve apresentar resumidamente os objetivos, prioridades e estratégias que serão usadas para o alcance das suas metas em médio ou longo prazo e a visão deve deixar claro o valor percebido que será alcançado no setor da educação em curto e em longo prazo. Segundo o que foi indicado neste plano sobre a missão e visão, temos as seguintes afirmações:

O presente Plano Estratégico define os objetivos, prioridades e as estratégias principais para o desenvolvimento do sector da Educação nos próximos cinco anos a partir da visão de longo prazo que promove a educação como um direito humano e um instrumento eficaz para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, indispensável para o desenvolvimento do país e para o combate à pobreza....O Plano guiará a programação, o financiamento e a monitoria das intervenções chaves do sector nos anos 2012-2016, virado para a criação de um sistema educativo justo, inclusivo, eficaz e eficiente onde os alunos adquirem os conhecimentos, atitudes e habilidades, e desenvolvem competências requeridas para realizar a visão de longo prazo. (PEE 2012, P. 3)

5.2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO 2012-2016.

É muito importante analisar e avaliar este PEE, pois este é um dos principais documentos elaborado pelo ministério de educação para orientar e dirigir as ações do Estado, o funcionamento das instituições educacionais em todo país, antes de ir direto a análise dos pontos principais apresentados neste documento, à primeira observação tem a ver com a duração dos PEE em Moçambique, os planos estratégicos de educação no país tem a duração de quatro anos, mas agora a questão é a seguinte: será que quatro anos são suficientes para implementar com sucessos todos os programas fixados em cada PEE? É verdade que o período de um plano estratégico depende muito das realidades de cada país e das suas demandas naquele momento, mas eu acredito que em Moçambique o PEE devia ter uma duração acima de quatro anos, pois acredito que o período atualmente de quatro anos por ser curto demais acaba não se realizando todas as metas que deviam ser alcançadas, é preciso mais tempo para que certos programas sejam concretizados com sucesso.

Este PEE foi elaborado com o objetivo de substituir o antigo PEE 2006-2010/11 que tinha como grandes desafios em termos de acesso: crianças e jovens fora do sistema, em termos de qualidade: preocupação com a eficácia do ensino aprendizagem, em termos de desenvolvimento institucional: fraquezas na implementação dos planos, algo interessante neste PEE é que ele já dava uma grande ênfase na questão de qualidade como um dos seus grandes

desafios, pois o próprio Estado até o período em que foi elaborado este plano reconhecia a necessidade de se dar mais ênfase a qualidade de educação pública e eficiência do ensino aprendizagem, a questão importante agora é a seguinte: será que até o fim deste plano o objetivo sobre a qualidade de educação foi alcançado? Vamos descobrir a resposta dessa questão analisando o plano subsequente que é de 2012-2016.

O plano Estratégico de Educação 2012-2016 no seu quarto capítulo tinha como grande desafio ou prioridades para Educação, a Inclusão e equidade no acesso e retenção, aprendizagem do aluno, boa governação. A inclusão e equidade no acesso e retenção dos alunos é um problema que já vinha sendo levantando pela sociedade civil que trabalha com as questões da educação no país, apesar de não ser o tema central deste trabalho este desafio merece também uma breve atenção, porque a falta de inclusão e equidade no acesso e retenção dos alunos, direto ou indiretamente prejudica a qualidade dos serviços da educação, pois é obrigação do governo oferecer serviços de qualidade aos seus usuários. Segundo o PPE em análise, existe várias razões para a falta de acesso e retenção dos alunos nas escolas uma das razões é a distância entre a escola e as casa dos alunos que vivem em zonas dispersas, as condições económicas das famílias para suportar os custos diretos ou indiretos da educação, a falta de condições para atender crianças com necessidades educativas especiais, aspectos culturais, precariedade das condições das escolas o que desmotiva a ida à escola, ausências frequentes dos professores, entre outros. Ainda segundo o mesmo plano para a solução desses problemas nos próximos anos, um enfoque especial será dado à inclusão das crianças mais vulneráveis que estão fora do sistema, através da introdução de medidas de apoio social, evitando a sua exclusão ou desistência por razões económicas.

“As prioridades do Plano Estratégico enquadram-se nas orientações do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014) que prioriza o ensino primário de qualidade para todos e promove uma maior relevância da Educação para estimular e sustentar o desenvolvimento do país.” (PEE 2012-2016, p. 36) conforme está estabelecido no próprio plano o ensino primário de qualidade para todos era uma das principais prioridades e enfoques, então mais uma vez a qualidade de educação em Moçambique ainda é um grande desafio para o governo e para a sociedade em geral, para o alcance dessa qualidade o governo tem implementado várias políticas, estratégias e apoios internacionais.

Ensino pré-primário e os seus objetivos conforme foram estabelecidos nesse mesmo PEE2012-2016, Objetivo geral: Assegurar que todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de sete classes com qualidade.

Objetivos estratégicos: Assegurar que todas as crianças ingressem no ensino na idade certa (6 ou 7 anos) e que permaneçam até completar a sétima classe; Melhorar o desempenho escolar dos alunos, sobretudo no que tange às competências críticas de leitura, escrita, cálculo numérico e habilidades para a vida; Melhorar a eficiência e eficácia no uso dos recursos disponibilizados ao Ensino Primário. Este trabalho está centralizado ao ensino primário, por ser a primeira fase em que as crianças ingressam no sistema educacional do país para adquirir novas habilidades e conhecimentos.

Este PEE apresenta ótimas políticas para o alcance da qualidade, todo plano estratégico só pode ser avaliado conforme os seus resultados no fim da sua execução, portanto será na base dos resultados encontrados no campo, nas escolas que vai se fazer uma avaliação mais profunda deste plano, será que no final da execução deste plano os alunos já detinham de todas as habilidades e competências que eram almejadas pelo ministério da educação? A realidade encontrada no campo vai nos ajudar a responder essa questão e a esclarecer muitas outras inquietações ligadas a qualidade de educação em Moçambique atualmente.

6. ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Falar da educação pública moçambicana é descrever uma história que está sendo reconstruída desde 1975 o ano que o país alcançou a sua independência, antes da independência o sistema de educação tinha os seus padrões coloniais diferente dos padrões do sistema Nacional de educação atual, após a proclamação da independência o país passou por vários processos de transformação e educação também foi muito afetada durante esses processos, em 1976 após a proclamação da independência, o país entra em uma guerra civil que só terminou em 1992. As consequências da guerra dos 16 anos ainda são sentidas até os dias atuais pois muitas escolas foram destruídas durante este conflito.

Para uma melhor discussão deste capítulo, seguidamente foram apresentadas as abordagens e as visões dos pesquisados que são nesse caso os beneficiados e usuários da educação pública, mas concretamente das duas escolas, a Escola Primaria do 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane e da Escola Primaria do 1º e 2º Grau de Pinda os indicadores de qualidade na educação apresentados pelos autores Ribeiro e De Gusmão servirão como base para a discussão deste capítulo.

Esta pesquisa foi feita através de questionários online pelo google forms e participaram da pesquisa cerca de 32 entrevistados, entre eles 2 diretores das escolas, 19 os professores e 11 pais dos alunos, os alunos não puderam participar por razões éticas, pois os mesmos são menores de idade, a pesquisa tinha como foco a educação básica aonde fazem parte as escolas primeiras de 1ª classe até a 7ª classe que correspondem a EP1 e a EP2 que são as escolas primarias de primeiro e segundo graus, o motivo para a escolha do ensino básico é por ser no ensino primário que as crianças começam a ter o primeiro contato com as escolas apesar de elas já vierem com a educação fundamental de casa, mas as escolas tem um papel muito importante na orientação e educação dos alunos atrás de conhecimento científico, portanto as primeiras fases no processo de formação escolar dos alunos são muito importante e merecem atenção de todos os responsáveis por este processo, pois quando a base de sistema de educação estiver solida e com qualidade, a capacidade de aprendizagem dos alunos nas classes mais avançadas estará muito bem preparada.

Sendo o objetivo geral desta pesquisa avaliar a qualidade dos serviços de educação pública no ensino básico na escola primaria do 1º e 2º Graus Eduardo Mondlane e Escola primária do 1º e 2º Graus de Pinda, com base nos indicadores da qualidade na educação dos autores Ribeiro e De Gusmão 2004, nas dimensões de qualidade na educação de Xavier (1996) e também com base nas políticas públicas educacionais como solução para a educação Por isso a análise dos resultados desta pesquisa tem uma relação de diálogo entre os indicadores e dimensões de qualidade na educação apresentados pelos autores e das políticas públicas educacionais com as opiniões dos entrevistados.

Os motivos para a escolha destes três autores são vários, mas primeiramente dizer que Ribeiro e De Gusmão em sua obra os indicadores da qualidade na educação (2004), Xavier (1996) em sua obra a gestão da qualidade e a excelência dos serviços educacionais: custos e

benefícios de sua implantação descreveram de forma clara e objetiva todos os indicadores necessários para realizar a identificação e avaliação de qualidade de educação em escolas públicas, salientar que antes da escolha destes dois autores, consultei outras obras de outros autores que tratam também do mesmo assunto, mas os indicadores apresentados por estes dois autores, são os que mais se aproximam da realidade da educação moçambicana.

O tipo das questões desta pesquisa na sua maioria são fechadas, sendo está uma pesquisa qualitativa, as respostas dos entrevistados são baseadas em responder por sim ou não as questões que lhes foram colocados, marcando apenas uma alternativa na qual o entrevistado achou correta, mas teve também algumas questões abertas, onde os entrevistados puderam escrever de forma curta e objetiva as suas opiniões sobre o assunto na qual foram perguntados.

Em relação aos aspectos relacionados a qualidade da educação pública em Moçambique, as respostas dos diretores apresentam um grande nível de concordância e semelhanças entre si, levando a crer que existe uma similaridade nos resultados dos diretores das duas escolas pesquisadas em relação as suas visões no que diz respeito a qualidade de ensino.

6.1. OS RELATOS DOS DIRETORES DAS DUAS ESCOLAS:

Os diretores das escolas quando perguntados se alguma vez já haviam participado na elaboração de algum plano estratégico, eles responderam que nunca participaram, apesar da sua participação na elaboração do PEE ser importante para a qualidade dos serviços de educação pública, a falta de participação dos diretores das escolas no momento de laboração deste plano pode afetar negativamente na qualidade de educação nas escolas, porque os diretores são uma das pessoas com mais conhecimentos sobre a realidade e das necessidades das suas escolas. Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 31) apresentam esta questão feita aos Diretores das duas escolas, como a gestão escolar democrática, mas concretamente a participação em outros programas de incentivo à qualidade da educação do governo federal, dos governos estaduais ou municipais como o principal indicador de qualidade na educação.

O plano estratégico de educação é um dos principais instrumento que orienta e regula o funcionamento das escolas, portanto a sua criação deve ser feita em conjunto, com a participação

dos dirigentes do órgão central da educação, dos diretores, professores e da comunidade acadêmica em geral. Até pelo facto de que as questões relacionadas com a qualidade de educação também são discutidas no PEE, por isso deve se considerar sempre a participação de todos os integrantes das escolas.

Uma das questões abertas que foi feita aos diretores das escolas era para descreverem de forma curta e detalhada algumas dificuldades que são enfrentadas pelas escolas, e os diretores responderam, que há “insuficiência de salas de aulas, carteiras, professores e material didático por isso que há professores a trabalharem no *regime de segundo turno no total são 8 professores e alguns com horas extras”. Com esta resposta é possível observar que as duas escolas tem um alto nível de falta de matéria escolar, como salas de aulas, livros, carteiras, etc. também há insuficiência de professores, por isso que alguns professores acabam dando aulas em dois turnos, conforme afirmam os diretores das escolas. A disponibilidade de material didático é um dos indicadores de qualidade na educação mas com as respostas dos diretores pode se observar que este indicador não é atendido de forma positiva, pois uma escola com insuficiência de material didático as suas atividades não serão executadas com eficiência e eficácia, as escolas devem ter livros disponíveis para todos, cadernos canetas, quadros, etc. (RIBEIRO e DE GUSMÃO, 2004, P. 42). A outra questão que foi feita aos diretores das escolas está relacionada com o monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos por parte do governo ou do ministério da educação, segundo os autores, o ministério de educação e a comunidade em geral tem a responsabilidade de fazer o monitoramento e acompanhamento das escolas, a questão aos diretores foi a seguinte: o ministério da educação tem visitado constantemente as escolas, para fazer uma avaliação e monitoramento das escolas? pelas respostas dos diretores nota se uma ausência de participação do ministério de educação no acompanhamento e fiscalização das atividades escolares, a pouca participação dos órgãos centrais da educação na vida escolar, pode afetar negativamente o desenvolvimento das atividades escolares e na eficiência das escolas. “A avaliação não deve se deter apenas na aprendizagem do aluno. Avaliar a escola como um todo e periodicamente é muito importante.” (RIBEIRO e DE GUSMÃO, 2004, P. 27).

* O ensino primário em Moçambique é composto por um regime, que é dividido em primeiro e segundo turno, o primeiro turno é feito de manhã e o segundo turno é feito atarde.

Esta questão está relacionada com a dimensão apresentada pelos autores que é a avaliação, o indicador que mais descreve esta questão é o monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos. O ministério de educação sendo o órgão central e um dos responsáveis pelo funcionamento do sistema nacional de educação, deve ter um plano de visitas em todas as escolas, a avaliação das escolas feita pelo órgão central tem um impacto muito grande para o desenvolvimento das escolas e conseqüentemente o ministério da educação juntamente com os responsáveis das escolas poderão fazer os diagnósticos e resolver as principais preocupações que as escolas tem enfrentado no seu dia-a-dia.

6.2. OS RELATOS DOS PROFESSORES DAS DUAS ESCOLAS:

A seguir serão apresentadas as respostas dos professores entrevistados e as respectivas análises e observações, seguem também os gráficos ilustrativos daquilo que foi encontrado durante as pesquisas, conforme já foi mencionado antes para esta pesquisa participaram cerca de 19 professores no total das duas escolas, as perguntas feitas também para os professores são fechadas, cabendo responder com sim ou não ou apenas selecionar a alternativa cada professor concordava.

É formado pelo algum instituto de formação de professores?
19 respostas



Gráfico 1: Habilitação dos professores.

Segundo Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 37) é muito importante que o governo garanta uma formação aos profissionais assim como “também outras condições, tais como estabilidade do

corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores disponíveis e o número de alunos para cada professor, salários condizentes com a importância do trabalho, etc.”

Falando em formação dos professores, as respostas dos professores e dos diretores também são unânimes em relação a este indicador. Segundo os indicadores de qualidade na educação a habilitação dos professores é um dos principais requisitos para a execução desta profissão que é ensinar ou preparar o cidadão do amanhã, portanto o professor tem um papel muito importante na formação dos alunos e na educação dos mesmos, pois, é o professor que orienta e capacita os alunos, mas neste caso se o próprio professor não teve nenhuma preparação ou formação segundo os resultados apresentados no gráfico anterior, como vai ter a capacidade de formar os alunos? Com esta pesquisa pode se identificar através deste gráfico que apenas 78,9% dos professores possuem uma formação pedagógica ou melhor antes de serem professores passaram por uma instituição de formação de professores, 21,1% dos professores não são formados pedagogicamente, a falta de formação ou capacitação pedagógica dos professores pode influenciar negativamente no processo de aprendizagem dos alunos, apesar da experiência que certos professores possam ter adquirido durante os anos do seu trabalho é importante que os mesmos sejam formados e capacitados, mesmos os professores já formados devem sempre fazer uma capacitação de certo período em período, porque o sistema de educação não é estático ele muda de tempo em tempo e os seus conteúdos também passam por uma certa atualização, o ministério da educação em Moçambique garante e exigem que todos os professores antes devem passar por uma formação pedagógica de qualidade para que possam executar essa profissão de forma legal. A lei do Sistema Nacional de Educação (6 de Maio de 1996) diz que deve se assegurar a formação integral dos docentes, capacitando-os para assumirem a responsabilidade de educar e formar jovens e adultos, portanto é obrigação do ministério da educação garantir essa formação a todos os professores para que possam estar capacitados a exercer esta profissão que é de muita responsabilidade e importância para o desenvolvimento da educação.

A seguir o gráfico sobre a gestão escolar democrática:

Alguma vez já foi convidado a participar na tomada de decisões importantes na escola onde trabalha?

19 respostas

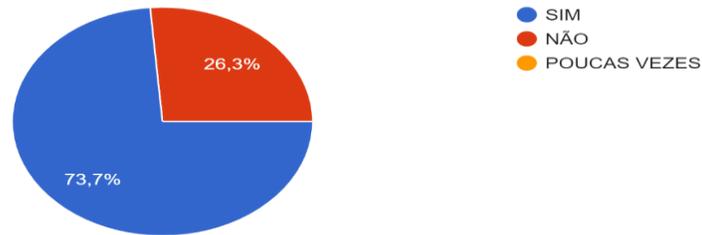


Gráfico 2: Gestão escolar democrática, na ótica dos professores.

A gestão escolar democrática é uma das principais dimensões apresentadas pelos autores Ribeiro e De Gusmão, e esta questão procurou relacionar a visão dos professores em relação ao indicador que diz respeito a participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral na vida escolar, em relação a este indicador os autores apresentam um dos pontos centrais que é a existência de espaços onde todos (alunos, diretor, professores, funcionários, pais, mães e outras pessoas da comunidade) possam discutir e negociar encaminhamentos relativos ao andamento da escola.

Com este gráfico pode se observar que apenas 73,7% dos professores já foram dados a oportunidade de participar na tomada das decisões importantes da sua escola e o restante 26,3% afirmam que nunca foram convidados a participar em momentos da tomada de decisões importantes nas suas escolas. Estes resultados são bastante preocupantes, pois eles mostram que o sistema de gestão escolar de muitas escolas é muito monopolizado, aonde nem todos os integrantes da escola tem a oportunidade de participar nas tomadas de decisões, os autores Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 31) destacam que a participação dos professores, da comunidade e dos alunos é muito importante dentro das escolas, “discutir propostas e implementar ações conjuntas por meio de parcerias proporciona grandes resultados para melhorar a qualidade da escola no país.” Os autores ainda recomendam que deve se procurar postos de saúde, centros culturais, bibliotecas, organizações não-governamentais e universidades para que venham trabalhar junto com a escola e essa atitude pode ser um jeito de envolver mais pessoas no propósito de oferecer uma boa formação aos alunos. Com esses dados surge-me a seguinte

questão, se até alguns professores que trabalham dentro da escola a bastante tempo nunca foram convidados a participar em tomada de decisões importantes, qual é a chance de se convidar a comunidade externa a participar na vida escolar e a contribuir no desenvolvimento da mesma? Bom, não cabe a esta pesquisa responder a esta questão, mas fica como uma sugestão para as próximas pesquisas.

A seguir o gráfico sobre a disponibilidade de salas de aulas suficientes para todos os alunos:

Quantos alunos tem em cada turma?

19 respostas

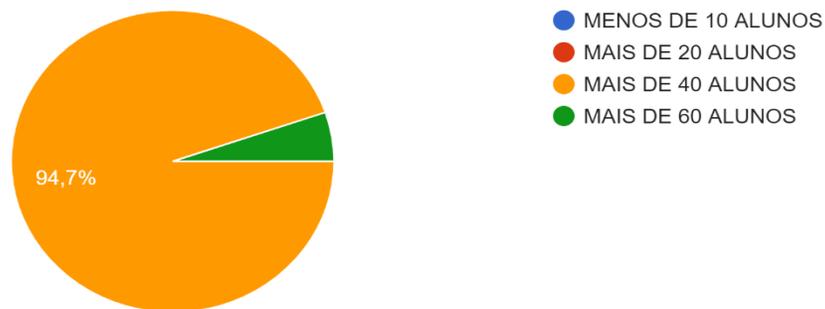


Gráfico 3: Suficiência das condições físicas escolares.

Segundo Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 41) “A qualidade dos recursos (ou seja, se esses recursos respondem às necessidades do processo educativo e do envolvimento da comunidade e se estão organizados, bem cuidados e bonitos).” Por tanto, além de existir salas para todos os alunos elas devem sempre serem mantidas em boas condições.

A questão da lotação em salas de aulas também é bastante discutida quando se trata de qualidade de educação nas escolas, pelas respostas dos entrevistados e através deste gráfico pode se observar que as salas de aulas estão sempre lotadas. 94,7% dos professores alegam que existe mais de 40 alunos em cada turma, o excesso de alunos em salas de aulas pode atrapalhar no aproveitamento dos próprios alunos, é um grande desafio para o professor ter a capacidade de dirigir uma turma com um número bastante elevado de alunos. Os restantes 5,3% das salas com

mais de 60 alunos em cada turma, números bastante preocupantes e que podem afetar a qualidade de educação pública nas escolas.

A presença de que o espaço físico adequado dentro das escolas é necessária para a realização das atividades escolares com qualidade, é claro que não basta apenas ter salas de aulas confortáveis para a educação seja de qualidade, mas as condições das salas de aulas tem um impacto muito grande no aproveitamento dos alunos.

O professor/a consegue interpretar o plano estratégico da educação?

19 respostas

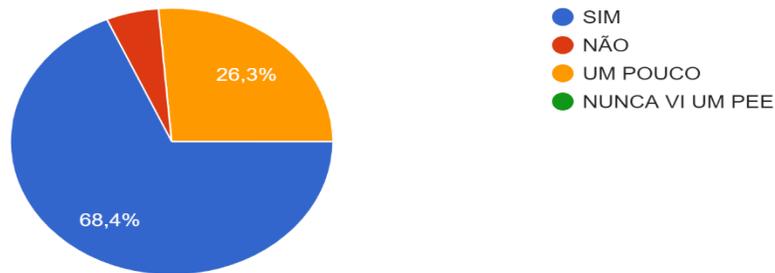


Gráfico 4: Proposta pedagógica definida e conhecida por todos.

Um dos indicadores muito importante para a qualidade de educação, discutido pelos autores tem a ver com o conhecimento do Plano Estratégico da educação, o indicador é a proposta pedagógica definida e conhecida por todos. Um dos principais objetivos definidos no PEE (2011-2016) é assegurar que todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de 1ª a 7ª classe com qualidade, assegurar que todas as crianças ingressem no ensino escolar na idade certa (6 ou 7 anos) e que permaneçam até completar a sétima classe, melhorar o desempenho escolar dos alunos, sobretudo no que tange às competências de leitura, escrita, cálculo numérico e habilidades para a vida, melhorar a eficiência e eficácia do uso dos recursos disponibilizados ao ensino primário, etc. Portanto, o conhecimento e interpretação deste documento deve ser da capacidade de todos os professores e dos restantes profissionais das escolas, pois é o PEE é uma das principais ferramentas que mostra o caminho que as escolas

devem seguir, 68,4% dos professores conseguem interpretar o PEE, 26,3% com pequenas dificuldades na interpretação deste mesmo documento e os restantes 5,3% dos professores no que diz respeito a interpretação do plano estratégico são totalmente incapazes de fazê-lo e sem as mínimas habilidades para compreendê-lo, esta situação e este números são bastante preocupante, pois como um professor vai assegurar que os alunos adquiram as principais habilidades, conhecimentos e capacidades, sem saber no mínimo interpretar um dos principais instrumentos que orienta o funcionamento e execução das estratégias de ensino nas escolas, bom fica esta questão em aberto para as próximas pesquisas, pois, não cabe a esta pesquisa responde-la!

O professor/a tem todo material didático necessário para exercer perfeitamente o seu trabalho?

19 respostas

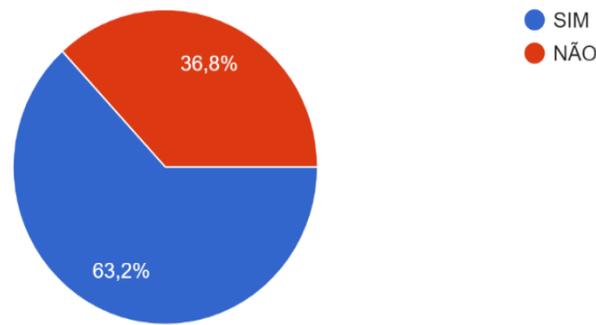


Gráfico 5. Suficiência/Insuficiência de material escolar.

A suficiência ou insuficiência do material didático nas escolas é descrito pelos autores como um dos principais requisitos da qualidade da educação, com este gráfico da questão feita aos professores, sobre a suficiência ou insuficiência de material didático, pode se perceber que apenas 63,2% dos professores responderam que sim tinha o material didático suficiente e os 36,8% representa o número total de professores com a insuficiência de material didático, segundo os autores Ribeiro e De Gusmão (2004) o material didático necessário para o trabalho do professor são livros, cadernos, lápis, canetas, quadro, giz, apagador, etc. A insuficiência de material didático

pode ser também uma das limitações para o professor exercer o seu trabalho com eficiência e eficácia, segundo Xavier (1996, p. 10) não se pode falar de educação de qualidade sem falar da energia positiva dos trabalhadores, essa dimensão faz ênfase nos aspectos ligados a motivação dos profissionais envolvidos com a educação, que são os professores, técnicos, e os demais, segundo o raciocínio de Xavier a motivação dos professores é muito importante que seja alcançada a qualidade da educação, a insuficiência de material escolar para os professores também afeta negativamente na sua motivação.

6.3. OS RELATOS DOS PAIS DOS ALUNOS:

Os pais por serem um dos principais responsáveis e orientadores da educação dos seus filhos, a sua participação nesta pesquisa é de maior importância, pois, são eles que convivem com os alunos em casa e tem um maior conhecimento sobre a evolução escolar dos seus filhos, portanto, como já falei antes, as crianças por serem menores de idade e sem recursos tecnológicos não puderam participar desta pesquisa mas elas foram muito bem representadas pelos seus pais, que aceitaram responder a todas as questões que lhes foram colocados sobre a vida escolar dos seus filhos, em seguida estão demonstradas as respostas dos pais e as suas respectivas análises das suas de acordo com os indicadores apresentados pelos autores Ribeiro e De Gusmão (2004)

VAI PARA AS REUNIÕES NA ESCOLA DO SEU FILHO?

11 respostas

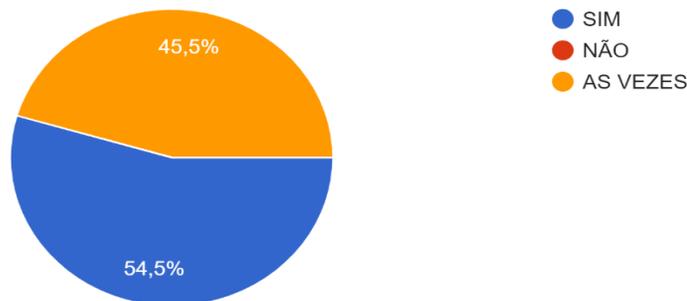


Gráfico 6: Participação dos pais nas reuniões.

Os conselhos escolares assim como a comunidade em geral tem a obrigação de participar na vida escolar, nos momentos de tomadas de decisões, os pais dos alunos também tem essa obrigação e direito de participar ativamente na vida escolar dos seus filhos, até porque as escolas precisam ouvir as opiniões dos alunos e dos seus pais sobre o funcionamento da escola.

“Discutir propostas e implementar ações conjuntas por meio de parcerias proporciona grandes resultados para melhorar a qualidade da escola no país.” (RIBEIRO; DE GUSMÃO, 2004, P. 31)

A participação dos pais na vida escolar dos alunos tem um papel muito fundamental para os alunos e para a escola. As reuniões escolares tem a missão de conscientizar os pais da importância da sua participação na vida escolar dos seus filhos, quando os pais não participam da vida escolar dos seus filhos o seu desempenho acadêmico pode ser afetado negativamente. A participação dos pais também tem o papel de “permitir aos pais observar e avaliarem o ambiente escolar do qual os seus filhos estão inseridos, bem como a preocupação que a escola tem para com a educação do corpo discente” (CHECHIA; ANDRADE, 2005 apud DIAS; OLIVEIRA; SILVA; SOUZA; SUASSUNA, 2015)

Esta foi uma das primeiras questões feitas para os pais dos alunos, que está relacionada com o acompanhamento e a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos. A participação dos pais nas reuniões ou na vida escolar dos alunos é descrita pelos autores como um dos indicadores importantes para avaliar a qualidade da educação escolar que é a participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral.

Com este gráfico observa-se que apenas 54,5% dos pais participam ativamente na vida escolar dos seus filhos e 45,5% alegam não participar de forma ativa as reuniões dos seus filhos, não se sabe quais seriam os motivos para a não participação nas reuniões dos filhos de forma frequente, mas este comportamento segundo os autores Ribeiro e De Gusmão influencia no desempenho dos alunos e conseqüentemente na qualidade da educação dos próprios alunos.

AONDE ESTUDA O SEU FILHO?

11 respostas

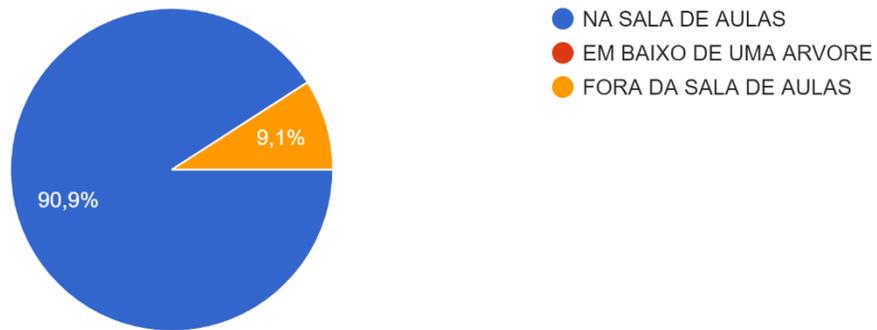


Gráfico 7: Disponibilidade de salas de aulas

Segundo Ribeiro e De Gusmão este gráfico representa a questão relacionada com a disponibilidade de salas de aulas para todos os alunos, este é um dos principais indicadores apresentados pelos autores, relacionados com a qualidade de educação. Em Moçambique as salas de aulas são um dos principais requisitos para uma educação de qualidade, com as respostas dos pesquisados nessas duas escolas, pode se observar que há um déficit na disponibilidade de salas de aulas para todos os alunos, 90,9% dos pais das crianças afirmam que os seus filhos estudam dentro das salas de aulas, com isso 9,1% dos pais dos alunos confirmaram que os seus filhos estudam fora das salas das aulas, isso devida a falta de salas para todos os alunos, talvez seja esse um dos motivos para a lotação dos alunos em salas de aulas pois, segundo os professores existe turmas com mais de sessenta alunos em uma única sala de aulas, sem contar também que das salas disponíveis, algumas delas já não estão em boas condições, sem carteiras suficientes, como já foi conformado pelos próprios pesquisados, portanto essas lacunas na educação pública moçambicana, afetam negativamente na qualidade da mesma. As políticas públicas educacionais neste caso são muito importantes e pode trazer uma solução, pois, “Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar” (ALVES; SILVA, 2017, P. 2).

As políticas públicas educacionais têm o papel de orientar sempre o funcionamento escolar, para que todas as atividades sejam exercidas com qualidade e sem o descumprimento do plano pedagógico escolar, as políticas públicas muitas das vezes aparecem para corrigir ou regular as antigas políticas que não tiveram o sucesso desejado dentro do sistema da educação. Uma política pública muito bem elaborada e executada pode resolver muitos problemas que hoje afetam o sistema nacional de educação.

ALGUMA VEZ JÁ VIU UM PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO

11 respostas

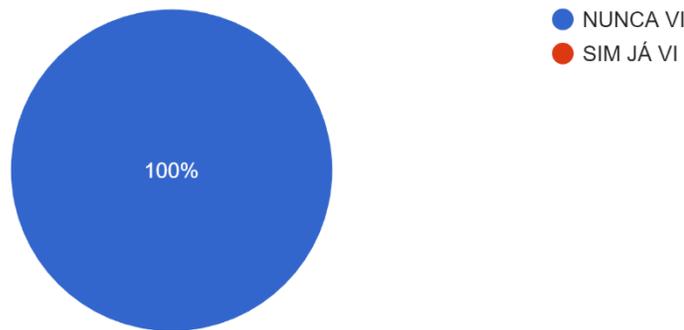


Gráfico 8: Conhecimento da proposta pedagógica por todos.

Segundo Ribeiro e De Gusmão (2004, p. 31) uma das características de gestão democrática é “o compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício, a transparência (capacidade de deixar claro para a comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros).” Compartilhar decisões significa envolver pais, alunos, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração escolar. A comunidade tem o direito e o dever de participar ativamente das decisões escolas assim como tem o direito e o dever de conhecer todos os planos escolares, a transparência na gestão escolar simbolização a inclusão e a qualidade da mesma.

Este gráfico representa o indicador que está relacionado com o conhecimento do plano estratégico da educação, por parte dos pais e da comunidade em geral, os autores descrevem este indicador como a definição e conhecimento da proposta pedagógica por todos os envolvidos com o bom funcionamento da vida escolar, os pais também fazem parte das pessoas interessadas pela qualidade de educação dos seus filhos, pelas respostas encontradas durante as pesquisas, pode se perceber que nenhum dos pais conhece ou já viu um plano estratégico da educação, a falta de conhecimento de uma das principais ferramentas que orienta o funcionamento das escolas pode afetar negativamente o desenvolvimento dos na execução dos planos da educação, até porque os pais dos alunos tem o seu contributo no processo de aprendizagem dos seus filhos, portanto eles também tem o direito de conhecer todo o material que orienta a educação dos seus filhos nas escolas, além de conhecer todos os processos que regulam a educação dos seus filhos, segundo os autores Ribeiro e De Gusmão os pais e a comunidade acadêmica devem ser convidados a participar no momento da elaboração e criação dos planos estratégicos nas escolas .

O senhor/senhora tem orientado ou ajudado o seu filho com as tarefas da escola (TPC), etc?

11 respostas

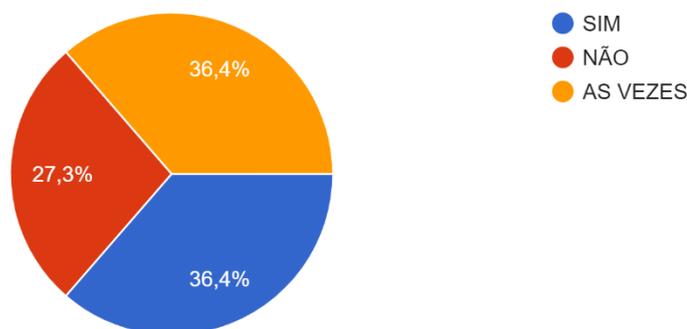


Gráfico 9: Participação dos pais na vida escolar dos alunos.

Segundo Grolnick e Slowiaczek (1994) os efeitos positivos do envolvimento dos pais dos alunos nas tarefas escolares dos filhos constituem um fator importante e que contribui para o

desenvolvimento educacional do aluno, a participação dos membros da família na vida escolar tem um grande contributo para o sucesso dos seus filhos, conseqüentemente a atitude dos pais pedante a vida escolar dos seus filhos pode afetar na qualidade da educação.

Mais uma vez os pais são chamados a participar da vida escolar dos filhos, os pais tem o papel de orientar os seus filhos com as tarefas dadas na escola pelos professores, pois a responsabilidade dos pais também é apresentada como um dos principais indicadores da qualidade de educação, os autores Ribeiro e De Gusmão descrevem este indicador como Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral na vida escolar dos seus filhos, os resultados encontrados na pesquisa demonstram que apenas 36,4% dos pais orientam os seus filhos com as tarefas de casa, 36,4% representam o número dos pais que ajudam algumas vezes e 27,3% declararam que não ajudam ou orientam os seus filhos com as tarefas que são mandadas pelas escolas para os alunos fazerem em casa.

6.4. POLITICAS PUBLICAS COMO SOLUÇÃO PARA A EDUCACÃO.

Por tanto, como diz o Alves e Silva (2017, P.2) “Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar” não podemos falar de qualidade na educação pública sem falar de políticas públicas educacionais, pois esses dois ramos andam simultaneamente juntos, a primeira fase para a criação de uma política pública para educação, deve primeiro fazer-se o diagnóstico, identificar-se o problema e em seguida fazer-se um estudo de como trazer soluções para aquele mesmo problema identificado, em seguida deve se fazer um balanço orçamentário necessário para a implementação da política pública e no momento da sua execução deve se manter sempre o acompanhamento e a fiscalização dessa mesma política pública, para garantir o sucesso e a qualidade das políticas públicas educacionais.

Esta pesquisa pode também servir como diagnostico de dificuldade e de problemas que o sistema de educação enfrenta, que diretamente prejudicam a qualidade da educação, portanto, como já foi observado, as escolas ainda tem 21.1% de professores não formados, uma política pública muito bem criada e aplicada com eficiência será capaz de solucionar o problema de

professores não formados, o Estado pode criar programas de curta ou longa duração com objetivo de capacitar todos os profissionais que ainda não são formados.

Gestão escolar democrática, na ótica dos professores, este é um dos tópicos muito marcante durante a análise dos nossos resultados, pois, a gestão escolar democrática tem um grande impacto para o sucesso das políticas da educação, as instituições públicas devem trabalhar de forma transparente e inclusiva, por tanto como já foi observado que cerca de 26.3% de professores responderam que nunca foram convidados a participar nas tomadas de decisões importantes dentro das escolas, para esta questão o ministério da educação juntamente com a direção das escolas pode promover políticas que vão estimular a inclusão de mais profissionais e da comunidade na vida escolar. Ainda sobre a gestão escolar democrática, 100% dos pais pesquisados responderam que nunca viram um plano estratégico de educação, não se sabe o motivo de não conhecimento deste plano, mas, uma política pública também pode ser capaz de solucionar esta anomalia, criando programas que estimulam a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, conscientizar os pais sobre a importância da sua participação na vida escolar dos seus filhos. A maioria das dificuldades que as escolas passam atualmente, a sua solução pode ser alcançada através das políticas públicas educacionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A educação é uma das ferramentas utilizadas para orientar a sociedade, portanto, para que a educação tenha sucesso é necessário que ela seja de qualidade e capaz de responder aos anseios e a demanda da sociedade. Este trabalho buscou entender a opinião dos usuários da educação pública moçambicana, sobre a qualidade da educação oferecida pelo governo moçambicano os usuários tiveram a oportunidade de expressar os seus pontos de vista em relação a vários aspectos ligados ao funcionamento das escolas e do próprio sistema nacional da educação, participaram desta pesquisa os usuários da Escola Primária do 1º e 2º Grau de Pinda e a Escola Primária de 1º e 2º Grau Eduardo Mondlane, a forma como a sociedade avalia a educação pública é muito valiosa para o alcance dos resultados almejados pelo ministério de educação e pela sociedade em geral, por tanto, é muito importante sempre dar oportunidade para

a sociedade expor o seu ponto de vista sobre vários assuntos ligados ao funcionamento dos serviços do Estado em particular a educação pública em Moçambique, participaram desta pesquisa diretos das duas escolas, professores e os pais dos alunos, todos os entrevistados tiveram um papel muito importante para a realização deste trabalho. atualmente a qualidade de educação pública é um tema bastante discutido no mundo acadêmico e na sociedade em geral, na maioria das vezes a comunidade acadêmica e a sociedade reclama que a educação pública moçambicana tem baixa qualidade, razão pela qual esta pesquisa procurou avaliar de forma científica a qualidade da educação pública, com base nos indicadores dos autores já mencionados.

Com os resultados encontrados nas escolas, pode se notar as dificuldades que as escolas enfrentam atualmente por exemplo, a falta de material e equipamentos escolares, que são as carteiras, as salas de aulas de qualidade, livros, cadeiras para professores, etc. A insuficiência destes todos equipamentos pode influenciar no desempenho dos alunos e dos professores durante o processo de aprendizagem e conseqüentemente a qualidade da própria educação é afetada negativamente, talvez sejam esses fatos que refletem a falta de qualidade de educação pública que a sociedade tanto tem falado no seu dia a dia. Os resultados também nos mostraram que as escolas estão evoluídas de uma forma geral comparados com os anos anteriores mas nem por isso deixam de existir dificultadas dentro das escolas, como a falta de professores qualificados, o professor é um dos influenciadores para o bom desempenho dos seus alunos, por isso é muito importante que todos os professores seja capacitados, para garantir a qualidade de ensino e melhor desempenho dos alunos nas escolas. É importante salientar que o bom funcionamento das escolas não é apenas uma responsabilidade do Estado, mas sim da própria sociedade acadêmica, dos pais, e dos outros atores envolvidos com educação no país, se cada um ter a consciência e se responsabilizar e exercer a sua obrigação pelo bom funcionamento da educação, nos próximos anos os resultados podem vir a melhorar e muitas dificuldades dentro das próprias escolas poderiam ser minimizadas. Para o alcance dos objetivos desta pesquisa usou-se como base os indicadores da qualidade na educação dos autores Ribeiro e De Gusmão (2004).

O ministério da educação é um dos órgãos centrais do Governo responsável pela criação, execução, acompanhamento e controle das políticas educacionais, disponibilizar as condições necessários para o funcionamento das escolas, controlar e acompanhar o funcionamento das

escolas, portanto, sendo este um trabalho feito no curso de administração pública que é uma área responsável pelo funcionamento dos órgãos do governo, tais como o ministério da educação, etc, ele poderá contribuir com o avanço e soluções de muitos outros assuntos que ultimamente as escolas e o próprio ministério da educação tem enfrentado em relação a qualidade de educação pública, nem sempre o ministério da educação tem ido às escolas afim de fazer o levantamento das principais dificuldades e desafios enfrentados pelas escolas por razões que não cabem serem descritas neste trabalho, por essa razão este trabalho irá contribuir de alguma forma em trazer soluções e dados importantes para os órgãos interessados e irá ajudar também no avanço de muitos outros processos ligados a qualidade de educação pública em Moçambique.

Quanto a outros assuntos que não caberiam ser desenvolvidos com profundidade neste trabalho, ficam como sugestões para as próximas pesquisas.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFIA.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia de pesquisa em educação**, pag 32.

Lei nº 6/92 de 6 de maio

GONÇALOS, Vargas. **Gestão de qualidade do ensino básico em Moçambique: um estudo em escolas primárias e públicas**, Florianópolis, outubro, 2015.

UNESCO, **Educação para todos, o imperativo da qualidade**, Relatório de monitoria global, 2005.

DOURADO, Luis Fernando, **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**, Brasília, 2007.

BONDE, Rui Amadeu. **Políticas públicas de educação e qualidade de ensino em Moçambique**, Rio de Janeiro, 2016.

ALVES, Doralice Leite Ribeiro; DA SILVA, Edna Alves Pereira. **O papel das políticas públicas na promoção de uma educação básica de qualidade**, Bahia, 2017.

MUZZI, Deborah. **Tipologia de políticas públicas: Uma Proposta de Extensão do Modelo de Lowi**, Lisboa, 2014.

SACMEQ, **tendências nos níveis de realização de alunos da 6ª série em Moçambique**, Maputo, 2011.

http://www.sacmeq.org/sites/default/files/sacmeq/reports/sacmeq-iii/policy_brief/mozambique_achievement_14_october_2011.pdf <<acessado em 13 de 01 de 2019>>

CAMARGO, Wellington. **Controle de Qualidade Total**, Curitiba, 2011.

ERDMANN, Rodolf Hermann, **Gestão da qualidade no setor público**, Florianópolis, 2011.

RUTKOWSKI, Jacqueline, **Qualidade no serviço público – um estudo de caso**, Belo Horizonte, 1998.

ROSC, **O Acesso à Educação Primária de Qualidade Como um Direito Fundamental da Criança**, Maputo, 2015.

XAVIER, Antonio Carlos da R, **a gestão da qualidade e a excelência dos serviços educacionais: custos e benefícios de sua implantação**, Brasília, 1996.

RIBEIRO, Vanda Mendes; DE GUSMÃO, Joana Buarque, **indicadores da qualidade na educação**, São Paulo, 2004.

DIAS, Stefania Germano; DE OLIVEIRA, Flávio Pereira; DA SILVA, Larissa Brito; DE SOUZA, Josefa Nandara Pereira; SUASSUNA, Maria Aparecida Ferreira Menezes, **a importância da participação dos pais na educação dos filhos no contexto escolar**, Paraíba, 2015.

Grolnick, W. S. & Slowiaczek, M. L. **Predictors of Parent Involvement in Children's Schooling**, Clark University, 1994.

<https://mweloweto.com/2013/08/19/politicas-de-formacao-de-professores-do-ensino-basico-em-mocambique/> acessado em < 02/09/2019